



172
dufo
167
e

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento n. 0006524-48.2012.8.17.0000 (0270961-3)

Agravante: José Augusto da Paz Silva

Procurador: Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto - OAB/PE nº 025410

Agravado: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Advogado: Maria Zulmira Silva Timoteo

EMENTA: PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR. ACIDENTE DE TRABALHO. INSS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA JURISDICCIONAL *INAUDITA ALTERA PARS*. RESTAURAÇÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO (AUXÍLIO-DOENÇA). PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO.

1. O auxílio-acidente é benefício previdenciário, de caráter indenizatório, devido ao segurado, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, desde que tais lesões impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. O benefício é tratado pelo art. 86 da Lei 8.213/91.

2. É possível a concessão de tutela antecipada sem a ouvida da parte contrária quando se trata de caso urgente como é aquele em que o segurado tem suprimido, sem que possa voltar ao trabalho, por estar ainda incapacitado, seu direito ao auxílio-doença acidentário, verba de caráter sabidamente alimentar e inadiável. Precedente: STF - Reclamação nº 1.122-RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Nery da Silveira, julgamento em 31.05.2001.

3. O contraditório e a ampla defesa, nesses casos, fica apenas diferido para o momento oportuno, garantindo-se o direito à subsistência e à vida em detrimento do mero direito patrimonial da autarquia previdenciária. Precedentes dos pretórios pátrios: TIAM - Agravo de Instrumento: AI 20110056458 AM 2011.005645-8. Relator(a): Des. Aristóteles Lima Thury. Julgamento: 09/04/2012. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Publicação: 16/04/2012; TIRS - Agravo de Instrumento: AI 70048543524 RS. Relator(a): Des. Paulo Roberto Lessa Franz. Julgamento: 24/04/2012. Órgão Julgador: Décima Câmara Cível. Publicação: Diário da Justiça do dia 17/05/2012.

4. Prova inequívoca e verossimilhança da alegação, decorrentes de laudos e exames médicos, evidenciando a inaptidão da paciente para retorno às atividades laborais, pois portador de defeito de consolidação de fratura (CID M84.0) e Algoneurodistrofia (CID M89.0). Precedente: TJSC - ACV n. 2009.009711-0, de Imituba, Rel. Des. Jalme Ramos, julgada em 15.04.2010.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



178
2

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

5. Recurso provido, à unanimidade, sem discrepâncias.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento n. 0006524-48.2012.8.17.0000 (0270961-3), em que figura como Agravante o Sr. José Augusto da Paz Silva e como Agravado o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, ACORDAM os Desembargadores integrantes do 1º Grupo de Câmaras do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, pela procedência do Agravo.

Recife, 20 de novembro de 2012.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



448
Sc

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento n. 0006524-48.2012.8.17.0000 (0270961-3)

Agravante: José Augusto da Paz Silva

Procurador: Rivadavia Nunes de Alencar Barros Neto - OAB/PE nº 025410

Agravado: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Advogado: Maria Zulmira Silva Timoteo

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Vistos etc.

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de liminar *inaudita altera pars*, interposto por José Augusto da Paz Silva em face da Autarquia Federal: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, cujo objeto é reformar decisão interlocutória que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca do Recife, nos autos da Ação Acidentária NPU nº 0030457-81.2011.8.17.0001.

Dos autos se extrai que o agravado, supostamente, padece de doença incapacitante decorrente do exercício de suas atividades laborais. Alega ser portador de *DEFEITO DE CONSOLIDAÇÃO DE FRATURA - CID M84.0* e *ALGONEURODISTROFIA - CID M89.0*, as quais lhe acometeram moléstia incapacitante, em decorrência unicamente do trabalho que desempenhava junto ao seu empregador, cf. fl. 30 e ss.

No processo original, a Autarquia Agravada ofereceu resistência, pronunciando-se pelo indeferimento da antecipação da tutela, em face da ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar, fls. 74/78 e 94/100 deste instrumental.

Documentos acostados, vide fls. 38/113.

Liminar deferida, vide fls. 115/119.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

1



149
e

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Agravo de Instrumento n. 0008808-29.2012.8.17.0000 (0273648-7)

Contraminuta de Agravo oferecida pela Procuradoria Federal da 5ª Região, repousada às fls. 128/133. Não houve preliminares. Pugnou pela reversão da liminar. Não adunou documentos.

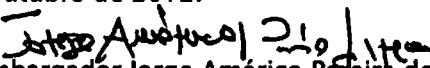
Parecer da d. Procuradoria de Justiça com assento nesta Câmara de Direito Público, pugnando pela confirmação da tutela, vide fls. 137 *usque* 141.

Informação do cumprimento da liminar, acostada em fls. 143/145.

Eis o relatório.

Peço a inclusão do feito em pauta para julgamento.

Recife, 26 de outubro de 2012.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



155

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Agravo de Instrumento n. 0008808-29.2012.8.17.0000 (0273648-7)

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento n. 0006524-48.2012.8.17.0000 (0270961-3)

Agravante: José Augusto da Paz Silva

Procurador: Rivadavia Nunes de Alencar Barros Neto - OAB/PE nº 025410

Agravado: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Advogado: Maria Zulmira Silva Timoteo

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

A questão não necessita de maiores disquisições. Os argumentos da recorrente já são, por demais, conhecidos desta e. Corte de Justiça Estadual.

Outrora, proferi decisão nesses termos:

"Vistos etc. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de liminar *inaudita altera pars*, ajuizado por José Augusto da Paz Silva em face da Autarquia Federal: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, cujo objeto é a reforma de decisão interlocutória que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca do Recife, nos autos da Ação Acidentária NPU nº 0030457-81.2011.8.17.0001. (...)

É o que, de relevo, se tinha a relatar.

Passo a oferecer a seguinte prestação jurisdicional.

Entendo que a decisão interlocutória *a quo* merece outra análise. O raciocínio sustentado pela d. Procuradoria Regional Federal da 5ª Região - AGU/PGF - não são dignos de encômios e guarida. Senão vejamos.

Como consabido, não ocorre violação ao princípio constitucional da separação dos poderes (CRFB, art. 60, § 4º, inciso III) quando o Judiciário se envolve em questões de mérito administrativo objetivando garantir o respeito ao princípio da legalidade. Neste sentido, temos o posicionamento do eg. STF, no julgamento do RE 365368 AgR/SC, cuja relatoria coube ao Min. Ricardo Lewandowski. Diante do exposto, podemos analisar com mais sobriedade o pedido de antecipação de tutela, ora postulado pela agravante. Como observado nos autos, há informações de que a entidade autárquica - INSS - já concedeu o benefício de auxílio-doença acidentário, espécie 91 e, 01 (uma) vez, prorrogando-a por outras 03 (três) vezes. Esta informação é inconteste, cf. os próprios documentos trazido ao lume pela entidade autárquica, repousados às fls. 57 *usque* 60. Corroborando o fato de o benefício vindicado já ter sido concedido uma vez, e prorrogado por mais três vezes, existem ainda 3 (três) laudos ofertados por médicos do INSS, cf. fls. 40/42, todos sinalando a incapacidade do Agravante. Associado a isto, temos também laudos emitidos por outros médicos alegando a incapacidade laboral do agravante, fls. 38, 69, 72, 88, 90, 113.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

3



156

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Agravo de Instrumento n. 0008808-29.2012.8.17.0000 (0273648-7)

Diante deste conjunto fático, podemos dizer que a patologia do agravado é, supostamente, oscilante, de sorte que talvez fosse melhor avaliar a hipótese de aposentadoria por invalidez. Em discrepância, a agravada espraia entendimento diametralmente oposto, consubstanciado no último laudo pericial da entidade autárquica (fls. 82). Dos autos, consta ainda o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS - aduzindo que o campo referente à data de rescisão do contrato está em aberto, indiciando que o agravado estaria, atualmente, percebendo salários. Nesta senda, o agravante teria condições de prover-se durante o processo (fls. 78). Entretanto, tal assertiva não merece prosperar. Explico. Ora, os documentos trazidos aos autos pelo agravante, paralelo ao fato da prorrogação por três vezes do mesmo benefício, servem para afastar a presunção *iuris tantum* do laudo médico pericial produzido pela administração pública - INSS. Ainda, contrapondo-se ao entendimento da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região - AGU/PGF, é cediço que o beneficiário em gozo do auxílio acidentário é considerado como "licenciado" pelo seu empregador (cf. art. 80 do regulamento da Previdência social), o que mantém vivo o vínculo empregatício, sendo a indenização paga pela Previdência Social após comprovação, em avaliação pericial, da incapacidade laboral. Neste viés, merece reforma a decisão do juízo *a quo*, que indeferiu o pedido de tutela antecipada, alegando que os laudos médicos do agravante - inclusive os mais recentes - não demonstraram o período que o beneficiário deveria permanecer afastado do labor, fls. 39; acolhendo o parecer do exame pericial do INSS que considerou o segurado capaz de voltar ao trabalho, fls. 82. No mais, as disposições legais que disciplinam o auxílio-doença acidentário não estabelecem a sua duração (art. 78 do Regulamento da Previdência Social), sendo o auxílio devido enquanto durar a moléstia. Assim, o que importa salientar é que o agravante é, sim, portador de Defeito de Consolidação de Fratura - CID M84.0 e Algoneurodistrofia - CID M89.0, havendo nos autos fortes indícios de que este sofre dos sintomas das referidas moléstias. Desta feita, equivocada é a decisão do juízo *a quo* quando indeferiu a tutela de urgência - reativação do auxílio-doença acidentário - por falta dos requisitos necessários à sua concessão.

Dito isto, percebe-se a presença dos requisitos autorizadores da antecipação da tutela em favor do agravado, cf. CPC, art. 273. No que se refere a esta matéria, destaque-se que o c. Pretório Excelso - STF - decidiu ser possível a antecipação da tutela jurisdicional em face do Poder Público quando a matéria de fundo de direito for de natureza previdenciária. No particular, afiguram-se inaplicáveis as vedações impostas pelas leis federais nºs 4.348/1964, 5.021/1966, 8.437/1992 e 9.494/1997. É como se lê:

Reclamação. A decisão na ADC-4 não se aplica em matéria de natureza previdenciária. O disposto nos arts. 5º, e seu parágrafo único, e 7º, da Lei nº 4348/1964, e no art. 1º e seu parágrafo 4º da Lei nº 5021, de 9.6.1966, não concernem a benefício previdenciário garantido a segurado, mas, apenas, a vencimentos e vantagens de servidores públicos. Relativamente aos arts. 1º, 3º e 4º da Lei 8437/1992, que o art. 1º da Lei 9494/1997 manda, também, aplicar à tutela antecipada, por igual, não incidem na espécie aforada no Juízo requerido. A Lei nº 8437/1992 dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público. No art. 1º, interdita-se deferimento de liminar, 'no procedimento cautelar ou em quaisquer

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

4



154

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Agravo de Instrumento n. 0008808-29.2012.8.17.0000 (0273648-7)

outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal'. Ocorrência de evidente remissão às normas acima aludidas, no que respeita a vencimentos e vantagens de servidores públicos, que prosseguiram, assim, em vigor. A inteligência desse dispositivo completa-se com o que se contém, na mesma linha, no art. 3º da Lei 8437/1992. Não cabe emprestar ao § 3º do art. 1º do aludido diploma exegese estranha a esse sistema, conferindo-lhe, em decorrência, autonomia normativa a fazê-lo incidir sobre cautelar ou antecipação de tutela acerca de qualquer matéria. Reclamação julgada improcedente¹.

Ao cabo, importante trazer alguns precedentes dos pretórios pátrios, de forma a demonstrar o entendimento da nossa jurisprudência, que, a toda evidência, entende ser possível a antecipação de tutela de auxílio acidentário quando houver robustos indícios sintomáticos de malsinadas patologias. Adrede:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PREVIDENCIÁRIO - INSS - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARCIALMENTE CONCEDIDA EM PRIMEIRO GRAU - AUXÍLIO-DOENÇA - PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS - DECISÃO ACERTADA - MANUTENÇÃO - AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Presentes os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil - verossimilhança das alegações, perigo de dano de difícil reparação e inexistência de perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (pressuposto relativizado e examinado, no caso, sob a ótica do princípio da proporcionalidade) - é de se conceder a tutela antecipada postulada. - Decisão mantida. - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido².

No mesmo sentido, o posicionamento o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ACIDENTE DO TRABALHO. AUXÍLIO-DOENÇA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CONCESSÃO. Presença dos pressupostos do art. 273 do CPC ao deferimento de tutela antecipada, para o restabelecimento do auxílio-doença previdenciário à autora. Prova inequívoca de verossimilhança do alegado direito, decorrente de laudos e exames médicos, evidenciando a inaptidão da paciente para retorno às atividades laborais, pois portadora de bursite, tendinite de supraespinhoso, epicondilitis medial e tendinite de Quervain. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO³.

Por fim, observe-se o julgado paradigmático do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA JURISDICIONAL SEM A OUVIDA DA PARTE CONTRÁRIA. PARA RESTAURAÇÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO (AUXÍLIO-DOENÇA) -

¹ STF - Reclamação nº 1.122-RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Nery da Silveira, julgamento em 31.05.2001.

² TJAM - Agravo de Instrumento: AI 20110056458 AM 2011.005645-8. Relator(a): Des. Aristóteles Lima Thury. Julgamento: 09/04/2012. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Publicação: 16/04/2012

³ TJRS - Agravo de Instrumento: AI 70048543524 RS. Relator(a): Des. Paulo Roberto Lessa Franz. Julgamento: 24/04/2012. Órgão Julgador: Décima Câmara Cível. Publicação: Diário da Justiça do dia 17/05/2012.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

15



158

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Agravo de Instrumento n. 0008808-29.2012.8.17.0000 (0273648-7)

PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA - INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - RECURSO DESPROVIDO. É possível a concessão de tutela antecipada sem a ouvida da parte contrária quando se trata de caso urgente como é aquele em que o segurado tem suprimido, sem que possa voltar ao trabalho, por estar ainda incapacitado, seu direito ao auxílio-doença acidentário, verba de caráter sabidamente alimentar e inadiável. O contraditório e a ampla defesa, nesses casos, fica apenas diferido para o momento oportuno, garantindo-se o direito à subsistência e à vida em detrimento do mero direito patrimonial da autarquia previdenciária⁴.

Nesta senda, com amparo no art. 527, III, do CPC, DEFIRO O PEDIDO, ANTECIPANDO A TUTELA, para determinar a reativação do auxílio-doença acidentário, espécie 91, em favor do Agravado: José Augusto da Paz Silva.

Intime-se o agravado para que, nos termos e no prazo da lei adjetiva (CPC), ofereça a resposta que entender cabível.

Empós, encaminhem-se os autos ao Ministério Público com assento nesta Câmara de Direito Público.

Comunique-se o Juízo *a quo*, cf. CPC, art. 527, inciso III, *in fine*.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 31 de julho de 2012.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator (grifos apostos)

Da leitura atenta dos autos, é lícito concluir que a situação do recorrente não foi alterada. Os argumentos da d. Procuradoria Federal da 5ª Região, em que pesem serem dignos de encômios, não merecem guarida.

Explico. Como exaustivamente comprovado nestes autos, estão presentes os requisitos autorizadores da antecipação de tutela.

A verossimilhança, adrede, encontra-se presente. Aliás, este requisito foi sistematicamente encaixilhado na decisão liminar proferida às fls. 115/119.

Os argumentos de receio de dano irreparável ou de difícil reparação, irreversibilidade da medida e *periculum in mora inverso* não merecem prosperar. É que, a medida é, sim, reversível. O d. Juiz de piso pode a qualquer momento julgar definitivamente a lide e, revolvendo a matéria fática, com base na cognição exauriente, concluir pela improcedência do pedido autoral, fazendo cessar a presente medida.

Doutra banda, a alegação de *periculum in mora inverso* cede em face do direito à vida, bem maior colimado pela nossa Constituição Federal. Ressalve-se que o direito à vida, aqui mencionado, deve ser

⁴ TJSC. ACV n. 2009.009711-0, de Imbituba, Rel. Des. Jaime Ramos, julgada em 15.04.2010.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

6



159

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Agravo de Instrumento n. 0008808-29.2012.8.17.0000 (0273648-7)

interpretado em sua acepção mais ampla, consubstanciado pela dignidade da pessoa humana, encartado no art. 1º, inciso III, da CRFB.

O que quero dizer é que, no sopesamento entre o interesse público secundário (meramente patrimonial) do Estado e o bem da vida dos cidadãos, este, a toda evidência, deve prevalecer.

Neste sentido, colha-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. (...). PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRIMAZIA SOBRE PRINCÍPIOS DE DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO. NOVEL ENTENDIMENTO DA E. PRIMEIRA TURMA.(...)⁵ (g.n)

Por todo o exposto, e à luz dos fundamentos aqui esposados, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao presente Agravo de Instrumento, confirmando-se a liminar outrora proferida, pelos seus próprios fundamentos.

Prevalecendo este entendimento, e com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao e. Juiz *a quo*, com nossas homenagens e anotações de estilo.

Recife, ²⁰ de outubro de 2012.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

⁵ STJ (REsp 836.913/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08.05.2007, DJ 31.05.2007 p. 371)